



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

WALÉRIA AUGUSTA ARAÚJO COSTA

O TRABALHO PEDAGÓGICO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL DA
ESCOLA VILHENA ALVES

BELÉM

2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

WALÉRIA AUGUSTA ARAÚJO COSTA

O TRABALHO PEDAGÓGICO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL DA
ESCOLA VILHENA ALVES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências de Educação da Universidade Federal do Pará como requisito final para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Amélia Maria Araújo Mesquita.

BELÉM
2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

WALÉRIA AUGUSTA ARAÚJO COSTA

O TRABALHO PEDAGÓGICO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL DA
ESCOLA VILHENA ALVES

Belém, 11 de Janeiro de 2019.

Conceito: Excelente

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Amélia Maria Araújo Mesquita (UFPA)

Orientadora

Prof.^a Ana Cristina de Sousa dos Santos (UFPA)

Examinadora

Prof.^a Vanessa Queiroz (UFPA)

Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a Deus, por seu infinito amor e misericórdia me guiando até aqui. A minha mãe Angélica, que sempre se preocupou em me proporcionar uma boa educação. E ao meu esposo Roberto, e minha filha Rafaela, que acreditaram em mim e compartilharam comigo de mais uma etapa em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por estar sempre abençoando o meu caminhar, iluminando os meus caminhos e os meus pensamentos.

Agradeço de maneira muito especial a minha mãe Angélica Moura que sempre foi meu melhor exemplo de mulher guerreira e perseverante. Ao meu pai Ferreira Costa pelo apoio dado sempre que a ele eu recorria. Agradeço por estarem sempre ao meu lado me apoiando e dando forças para seguir em frente.

Aos meus irmãos, Jackson Costa, Rafael Costa (em memória) e Jonielson Costa por toda dedicação e prestatividade nos momentos que precisei do apoio de cada um. A vocês o meu amor incondicional!

Agradeço de forma especial a minha avó paterna Raimunda Nonata, aos meus primos Sâmia Monteiro e Welton Monteiro que sempre incentivaram meu retorno aos estudos. A todos os meus familiares por me lembrarem de que não importa quais caminhos eu siga, nunca estarei sozinha.

Ao meu amor, Roberto Aleixo pela dedicação, compreensão, companheirismo, apoio e carinho dedicados a mim em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis. Obrigada por estar ao meu lado diariamente com seu amor. Te amo!

A minha amada filha Rafaela Aleixo a quem dedico todos os meus esforços em ser uma pessoa cada vez melhor. Te amo incondicionalmente.

Aos meus queridos colegas da turma 315 (a turma do café) que por vezes me emocionaram com demonstrações de carinho e palavras de conforto em momentos que tanto precisava. A vocês eu dedico os meus melhores abraços.

Minha gratidão e respeito à minha orientadora Amélia Mesquita. Muito obrigada por cada palavra e pelo constante incentivo. Agradeço também por toda compreensão as minhas limitações e dificuldades.

Um agradecimento especial aos Professores Genylton Rocha, Ana Cristina Santos e Nilselene Oliveira (Nilce) pelo acolhimento fraterno e por todo conhecimento compartilhado comigo durante as experiências vividas no INCLUDERE. A vocês o meu eterno agradecimento.

A todos vocês dedico os meus sinceros agradecimentos.

"Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo.

E uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiados certos de nossas certezas"

(FREIRE, 1996, p.30).

RESUMO

O presente resumo se configura como um estudo de caso, realizado durante um estágio não obrigatório como bolsista PIBID entre os anos de 2017 a 2018 na SRM da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vilhena Alves acompanhando o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência durante o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Sala de Recurso Multifuncional – SRM. Para melhor estruturar as reflexões consideram-se também algumas questões norteadoras, a saber: Como se constitui a organização do trabalho pedagógico para o atendimento de alunos com deficiência matriculados no ensino médio da Escola Vilhena Alves? Que objetivos são definidos para o trabalho pedagógico da sala de recurso multifuncional junto a esses alunos? Que atividades são desenvolvidas junto aos alunos com deficiência na SRM da Escola Vilhena Alves? O objetivo desta pesquisa é Compreender como se constitui a organização do trabalho pedagógico desenvolvido no atendimento de alunos com deficiência. Assim sendo, a análise e reflexão sobre a prática esteve baseada e refletida em registros documentais, para a metodologia foi escolhida a abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, tendo como instrumentos para coleta de dados a observação, os cadernos de campo, fotografias e documentos como: O plano de desenvolvimento individual (PDI) e a documentação pedagógica da SRM. Após a análise dos dados, identificamos que o Trabalho Pedagógico desenvolvido na SRM segue a um cronograma de atendimento elaborado pelo professor do AEE a partir do planejamento das ações registradas no PDI, sempre respeitando as necessidades de cada aluno, as atividades desenvolvidas com os alunos com deficiência tem por objetivo o desenvolvimento psicomotor, o domínio das funções motoras, o desenvolvimento do raciocínio lógico e matemático, escrita e leitura. Verificou-se que estas atividades são executadas em seções individuais e em grupos. Outro aspecto observado é a avaliação bimestral realizada sobre os recursos pedagógicos e as metodologias utilizadas com os alunos, esta avaliação tem como finalidade acompanhar se tais recursos e metodologias estão condizentes com o nível de aprendizagem dos alunos atendidos pelo AEE na SRM da escola. Ao analisar o trabalho pedagógico da SRM observa-se que este é fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência.

Palavras Chaves: Inclusão. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recurso Multifuncional. Organização do Trabalho Pedagógico

ABSTRACT

The present summary is configured as a case study carried out during a non-compulsory internship as PIBID grantee between the years 2017 to 2018 at the SRM of the State School of Elementary and Secondary Education Vilhena Alves accompanying the teaching and learning process of students with disabilities during the Specialized Educational Assistance - AEE in the Multifunctional Resource Room - SRM. To better structure the reflections are also considered some guiding questions, namely: How is the organization of the pedagogical work for the care of students with disabilities enrolled in the High school of Vilhena Alves School? What objectives are defined for the pedagogical work of the multifunctional resource room with these students? What activities are carried out with students with disabilities in SRM at school of Vilhena Alves? The objective of this research is to understand how the organization of the pedagogical work developed in the care of students with disabilities is constituted. Thus, the analysis and reflection on the practice was based and reflected in documentary records, for the methodology was chosen the qualitative approach of the case study type, having as instruments for data collection observation, field notebooks, photographs and documents such as: The individual development plan (IDP) and the SRM pedagogical documentation. After analyzing the data, we identified that the Pedagogical Work developed in the SRM follows a schedule of attendance prepared by the ESA teacher from the planning of the actions registered in the PDI, always respecting the needs of each student, the activities developed with the students with deficiency is aimed at psychomotor development, mastery of motor functions, development of logical and mathematical reasoning, writing and reading. It has been found that these activities are performed in individual sections and in groups. Another aspect observed is the bimonthly evaluation carried out on the pedagogical resources and the methodologies used with the students, this evaluation aims to monitor if such resources and methodologies are consistent with the level of learning of the students attended by the ESA in the SRM of the school. When analyzing the pedagogical work of SRM, it is observed that this is fundamental for the development of the learning of students with disabilities.

Keywords: Inclusion. Specialized Educational Assistance. Multifunctional Resource Room. Organization of Pedagogical Work

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CNE – Conselho Nacional de Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COES – Coordenadoria de Educação Especial

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBC – Instituto Benjamin Constant

IES – Instituições de Educação Superior

INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos

INCLUDERE – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NAAHS – Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação

ONU – Organização das Nações Unidas

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PDI – Plano de Desenvolvimento Individual

PNEEPEI – Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PPP – Projeto Político Pedagógico

SRM – Salas de Recursos Multifuncionais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: ANÁLISE DE DOCUMENTOS	25
QUADRO 02: COMPOSIÇÃO DA SRM TIPO I	40
QUADRO 03: COMPOSIÇÃO DA SRM TIPO II	41
QUADRO 04: COMPOSIÇÃO DA SRM DA ESCOLA	43
QUADRO 05: AÇÕES PLANEJADAS DO AEE	50
QUADRO 06: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA SRM	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problematização	16
1.2 Metodologia	21
2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	27
2.1 Educação Especial: Movimento Histórico	27
2.2 Educação Inclusiva	31
3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA ESCOLA REGULAR	34
3.1 A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	34
3.2 SRM: Função e Objetivos	35
4. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA SRM DA ESCOLA VILHENA ALVES	42
4.1 Infraestrutura	42
4.2 Organização do Planejamento	46
4.3 Atividades	50
5. CONCLUSÃO	54
6. REFERÊNCIAS	56
7. ANEXOS	59

1 INTRODUÇÃO

Apresento o Trabalho Pedagógico na Sala de Recurso Multifuncional (SRM) desenvolvido com alunos com deficiência, matriculados no Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vilhena Alves, enfatizando uma proposta pedagógica inclusiva para o processo de ensino-aprendizagem desses alunos.

A escolha do tema surgiu a partir da curiosidade sobre a adaptação do currículo escolar durante o estágio ofertado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão – INCLUDERE que estuda a temática da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. O Grupo de pesquisa realizou um projeto junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Este programa é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica.

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES descrito no edital de 2013 com vigência entre Março de 2014 a Março de 2018 o Programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvida por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas a partir da orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Este Programa tem por objetivo:

1. Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica contribuindo para a valorização do magistério;
2. Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
3. Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

4. Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;

5. Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (CAPES, 2013).

O estágio aconteceu na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vilhena Alves situada na Avenida Governador Magalhães Barata nº698 São Brás – Belém – PA o mesmo se deu em um período de três dias semanais com duração de quatro horas diárias durante os anos de 2017 e 2018.

Através do cotidiano da escola tive a oportunidade de conhecer mais de perto o currículo ofertado aos alunos com deficiência matriculados naquela instituição de ensino. A escola em questão é referência no processo de inclusão de alunos com deficiência, a mesma possui em seu quadro escolar um quantitativo de 893 alunos matriculados regularmente na rede estadual de ensino.

Diante deste quantitativo de alunos 24 são surdos, 04 possuem deficiência física, 06 possuem deficiência visual, 03 possuem deficiência múltipla e 42 com deficiência intelectual. Partindo deste quantitativo de alunos nota-se a importância de uma pesquisa acerca dessa temática, já que se trata de alunos com algum tipo de deficiência que conseguiram passar pelas etapas da educação básica até chegar ao Ensino Médio. Durante o processo de observação ocorrido no interior da Escola Vilhena Alves surgiu o interesse em pesquisar a organização do trabalho pedagógico ofertado pela (SRM).

A relevância dessa pesquisa se dá pelo aumento significativo do número de alunos público alvo da educação especial matriculados na rede de ensino, especificamente no ensino médio. Percebi que a inclusão dos alunos com algum tipo de deficiência é uma realidade cada vez mais presente no cotidiano das escolas e que poucos profissionais estão aptos para oferecer suportes pedagógicos para esses alunos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, no Brasil, que define o direito ao acesso da pessoa com deficiência no ensino regular, a Educação Especial é definida:

Art. 58. A modalidade de educação especial escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 19).

A partir da efetivação da lei, uma mobilização se fez para uma melhoria no sistema de ensino, em busca de uma educação de qualidade começando pelos anos iniciais e estendendo-se até os anos finais do ensino regular. De acordo com o Censo Escolar a inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino em 2008 era de 31% e em 2016 o percentual subiu para 57,8% configurando-se de maneira positiva de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

O Plano Nacional de Educação – PNE sancionado em 2014 salienta que o Brasil deve universalizar o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado – AEE para a população de 04 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação preferencialmente na rede regular de ensino até o ano de 2024. Esses alunos devem ser matriculados em classes comuns juntamente com alunos sem deficiência.

De acordo com PNE o número de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica entre os anos de 2009 e 2014 cresceu de modo significativo. É o que podemos observar na tabela demonstrativa disponibilizada pelo Ministério da Educação – MEC que permite visualizar a estimativa de alunos atendidos pela rede regular de ensino até o ano de 2024.

Tabela 1º: Alunos com deficiência por tipo de atendimento – Brasil

	2009 (%)	2009 Absoluto	2010 (%)	2010 Absoluto	2011 (%)	2011 Absoluto	2012 (%)	2012 Absoluto	2013 (%)	2013 Absoluto	2014 (%)	2014 Absoluto
Total	100	639.718	100	702.603	100	752.305	100	820.433	100	843.342	100	886.815
Classes Comuns	60.50	387.031	68.90	484.332	74.20	558.423	75.90	620.777	76.90	648.921	78.80	698.768
Classes Especiais	8.40	53.430	6.60	46.255	5.00	37.497	3.80	31.168	3.60	30.453	3.00	27.004
Escolas Exclusivas	31.10	199.257	24.50	172.016	20.80	156.385	20.50	168.488	19.40	163.968	18.20	161.043

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar – Elaboração Todos Pela Educação.

Diante dos expressivos números sobre a quantidade de alunos com deficiência matriculados no ensino regular, a pesquisa sobre o trabalho pedagógico na SRM dentro da escola Vilhena Alves ofertado aos alunos do ensino médio faz-se necessária para que este material possa auxiliar o profissional da educação a desenvolver um trabalho pedagógico voltado para as reais necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

Tendo em vista a temática da educação inclusiva abordaremos no decorrer desta monografia o Trabalho Pedagógico na Sala de Recurso Multifuncional (SRM) da escola Vilhena Alves e de que maneira se dá a organização deste trabalho com os alunos com deficiência matriculados no ensino médio.

As instituições escolares nos últimos anos vêm comprometendo a pluralidade da aprendizagem anulando ou minimizando a importância do respeito à diversidade através de práticas uniformizadoras, desconsiderando as peculiaridades dos alunos com necessidades educacionais especiais e como sujeitos que merecem um olhar diferenciado, porém não preconceituoso dos agentes educacionais.

E acreditando na importância da educação inclusiva busco como futura profissional da educação novas possibilidades de aprendizagem educacional a partir de práticas pedagógicas que possam atender a todos os alunos da rede regular de ensino. Possibilitando aos alunos com ou sem deficiência uma perspectiva educacional pautada em políticas educacionais voltadas para o rompimento de qualquer ação discriminatória favorecendo todo tipo de interação que possa possibilitar o desenvolvimento social, motor, afetivo e cognitivo dos alunos em geral.

Com o estudo sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pelas salas de recursos multifuncionais para o atendimento de alunos com deficiência pretendo ampliar meus conhecimentos teóricos aprendidos na vida acadêmica para a minha prática docente e contribuir com o processo inclusivo de alunos com necessidades educacionais especiais.

Esta pesquisa traz como relevância social a necessidade de ampliar os estudos sobre a importância do trabalho pedagógico da SRM, das atividades que são desenvolvidas em parceria com os docentes da sala regular no processo de inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que perpassam pelas etapas da educação básica até chegarem ao ensino médio.

1.1 Problematização

A educação básica é constituída das seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além dessas três etapas a educação básica contempla as modalidades de ensino: Educação Indígena, Educação do Campo, Educação Quilombola, Educação de Jovens e Adultos –EJA, Educação Profissional e Educação Tecnológica. A soma dessas etapas e modalidades de ensino deve constituir-se em uma escola que ofereça um ensino pautado na educação inclusiva e que atenda de maneira satisfatória as necessidades educacionais e as diversidades de cada educando.

Pensando em uma educação básica de qualidade a Declaração de Salamanca torna-se um importante documento utilizado como norteador à educação inclusiva e que defende a educação como um direito. Elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, foi criado com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Este documento dispõe que:

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p.1).

No Brasil, a legislação enfatiza a importância da inclusão escolar e oferecem garantias para sua efetivação nas instituições de ensino, compreendendo tanto as escolas públicas quanto as escolas particulares. De acordo com a Constituição Federal (1988) toda e qualquer pessoa deve ser tratada sem qualquer tipo de preconceito, seja de cor, idade, raça, origem, sexo ou qualquer outra forma de discriminação. Deste modo o direito a educação é apresentado no Capítulo III.

Art. 205, a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho...

Art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 208, inciso I, estabelece a educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988, art. 205).

As mudanças advindas na educação básica a partir da Constituição Federal (1988) e das demais legislações tornaram obrigatório o acesso dos educandos desde a educação infantil até o ensino médio. Foi também a partir da obrigatoriedade emposta pela legislação que o ensino pautado na inclusão se volta para a qualidade da educação para todos, visando contribuir na formação dos indivíduos. Diante desta nova proposta o ensino médio passa a registrar um expressivo aumento no número de matrículas, no acesso e na permanência de alunos com deficiência nesta etapa de ensino.

Além da Constituição Federal (1988) podemos também tomar como referencial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), visto que nela está o direito de acesso nas instituições escolares, dos alunos público alvo da educação especial, com início na educação infantil, em rede regular de ensino, além do ensino fundamental, médio e superior.

Outro importante documento a disposição da educação é a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” aprovada em 2008 que estabelece diretrizes a serem desempenhadas para garantir os direitos das pessoas com deficiência, tendo assegurado o Atendimento Educacional Especializado – AEE que compreende uma série de atividades com recursos pedagógicos e de acessibilidades que auxiliam na complementação da formação da pessoa com deficiência.

A Resolução Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009, institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. No qual descreve o AEE como um atendimento de função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Neste sentido o Art. 4º dispõe sobre o público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano,

isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p. 17).

Para tanto, o Atendimento Educacional Especializado – AEE configurasse como um serviço que tem um papel importante no apoio ao professor e ao próprio aluno na eliminação das barreiras existentes dentro das escolas. Este atendimento educacional é direcionado aos alunos com necessidades educativas e ocorrem em Salas de Recursos Multifuncionais, que tratam de espaços implantados na própria unidade escolar em parceria com as esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal.

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreçam a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BRASIL, 2007, p.26).

Deste modo o atendimento ofertado nas salas multifuncionais complementam as necessidades específicas de cada educando, garantindo uma melhor assistência nas limitações de cada aluno, possibilitando ultrapassar as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem. O atendimento educacional especializado propõe uma maior autonomia no processo educacional dos alunos atendidos nas SRM.

Desde a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a inclusão de alunos com deficiência na escola remete quase que automaticamente, ao AEE, pois se trata do principal recurso da educação especial para a equiparação de oportunidades. Além disso, havendo ou não um diagnóstico, o AEE é direito garantido aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Desta forma a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva definida no Decreto Federal 7.611/11, estabelece no Art. 1º que: O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;

Acreditando na extrema importância em se estudar o processo educacional de alunos público alvo da educação especial na rede regular de ensino em especial aos que conseguem chegar ao ensino médio vemos que, de acordo com a instituição da RESOLUÇÃO Nº 001 DE 05 DE JANEIRO DE 2010, dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas Nacionais e Estaduais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará.

Especificamente no Art. 2º a educação no Sistema Estadual de Ensino do Pará é dever da família, do Estado e de seus Municípios, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, tendo por base os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana, além de:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V- coexistência de Instituições públicas e privadas de ensino;

VI- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII- valorização do profissional da educação escolar;

VIII- gestão democrática do ensino público, na forma da legislação do Sistema Estadual de Ensino do Pará. (Conselho Estadual de Educação, PARÁ, 2010).

Ainda de acordo com a Resolução Estadual (2010) no que se refere ao atendimento às demais demandas torna-se obrigatório a inclusão do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, sempre que possível, nas unidades escolares do Estado do Pará que tenham condições adequadas de acessibilidade.

A presença de alunos com deficiência no ensino médio torna-se cada vez mais evidente, a partir do quantitativo encontrado nas escolas e dos contextos educacionais inclusivos que visam cada vez mais o pleno desenvolvimento das habilidades e das competências dos alunos com algum tipo de deficiência. Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica (2017) divulgados pelo Ministério da Educação – MEC, o índice de inclusão de pessoas com deficiência em âmbito nacional nas classes regulares passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017.

Com a realidade encontrada no âmbito escolar é possível verificar a crescente demanda de alunos público alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino. A partir das garantias propostas pela legislação o número de alunos com alguma deficiência aumentou consideravelmente em todas as etapas da educação básica. Segundo a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em 2013, a rede de ensino estadual, tinha 473 alunos com deficiência. Em 2015, a quantidade chegou a 1.382 alunos matriculados. E em 2017, 5.923 alunos com deficiência estão matriculados nas escolas públicas do estado do Pará.

A Escola Vilhena Alves lócus da presente pesquisa retrata a mudança ocorrida no cenário escolar quanto ao número de matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, já que possui um quantitativo de 79 alunos com alguma deficiência e todos matriculados no ensino médio. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira– INEP a escola em questão possui 893 alunos distribuídos nos três turnos ofertados pela instituição.

De acordo com o INEP (2016) a escola Vilhena Alves dispõe de um espaço específico para o AEE com uma equipe composta por 03 professoras da educação especial, a sala também dispõe de recursos e materiais pedagógicos como: lupa eletrônica, computador com teclado colmeia, máquina braile, material dourado, sorobã, jogos educativos e mobiliários adaptados para serem utilizados no processo de ensino aprendizagem dos 79 alunos com deficiência incluídos na escola.

Apesar de todos os esforços para a construção de uma educação inclusiva ainda encontramos realidades bem diferentes das almejadas nas legislações sobre a inclusão de alunos na rede regular de ensino. Entretanto, acredito que as escolas devem ser tratadas como um espaço privilegiado para o reconhecimento e valorização de seus alunos. Eliminando qualquer tipo de diferença e qualquer forma de discriminação e posteriormente de exclusão que possa ocorrer dentro das unidades escolares com alunos com qualquer tipo de deficiência.

Neste sentido, a inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no âmbito educacional convém questionar. Como acontece o Trabalho Pedagógico da Sala de Recurso Multifuncional na escola Vilhena Alves?

Assim, problematizo: Como ocorre o trabalho pedagógico na sala de recurso multifuncional – SRM? Consideram-se também algumas questões norteadoras, a saber: Como se constitui a organização do trabalho pedagógico para o atendimento de alunos com deficiência matriculados no ensino médio da Escola Vilhena Alves? Que objetivos são definidos para o trabalho pedagógico da sala de recurso multifuncional junto aos alunos com deficiência? Que atividades são desenvolvidas junto a esses alunos na SRM da Escola Vilhena Alves?

Para um maior entendimento acerca das questões norteadoras trago alguns objetivos específicos, tais como: Compreender como se constitui a organização do trabalho pedagógico para o atendimento de alunos com deficiência matriculados no ensino médio da Escola Vilhena Alves. Identificar quais objetivos estão sendo definidos para o trabalho pedagógico da Sala de Recurso Multifuncional junto aos alunos com deficiência. Conhecer que atividades estão sendo desenvolvidas junto aos alunos com deficiência atendidos na SRM da Escola Vilhena Alves.

1.2 Metodologia

Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo compreende uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vilhena Alves no município de Belém – PA. A referida escola foi escolhida como lócus de minha pesquisa a partir do estágio que vivenciei durante os anos de 2017 a 2018 como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID auxiliando alunos com deficiência tanto na sala de aula regular quanto na sala de recurso multifuncional.

A partir de então realizei uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática para me subsidiar de arcabouço teórico. Diante desta pesquisa pretendo compreender e interpretar, como funciona e como está organizado o trabalho pedagógico na sala de recurso multifuncional da Escola Vilhena Alves.

Para realizar o estudo aqui apresentado é indispensável delimitar o percurso metodológico a ser trilhado, pois auxiliará na análise científica do objeto de pesquisa. Sendo assim optou-se pelo universo da pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, tendo como instrumentos para coleta de dados a observação, os cadernos de campo, fotografias e documentos como: O plano de desenvolvimento individual (PDI), fotografias e a documentação pedagógica da SRM.

Os dados obtidos através da pesquisa qualitativa devem ser interpretados de forma muito particular, de acordo com suas singularidades. Sobre isso John W. Creswell, afirma que:

[...] Um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados... (CRESWELL, 2007, p. 26).

Corroborando com John W. Creswell (2007), temos os estudos de Cleber Prodanov e Ernani Freitas (2013) sobre os dados apresentados em uma abordagem qualitativa.

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador (2013, p. 70).

O dinamismo das relações entre mundo e sujeito, entre a compreensão e a interpretação sobre a realidade através da subjetividade do pesquisador é o que se propõe a pesquisa qualitativa. Assim, esta pesquisa me auxiliará na interpretação dos dados coletados no cotidiano da escola, na busca de questões que abram caminho para o entendimento e compreensão dos significados que constituem esta pesquisa.

Sendo assim a subjetividade do próprio pesquisador na interpretação da realidade gera conflitos que são necessários para que ele se aproxime o máximo do fenômeno pesquisado. Por isso optei pela pesquisa de Estudo de Caso, tendo como lócus de estudos a Sala de Recurso

Multifuncional da Escola Vilhena Alves. De acordo com Yin (2001), o estudo de caso visa compreender os fenômenos sociais preservando suas características e significados dos acontecimentos da vida real.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. (YIN, 2001, p.32).

O Estudo de Caso tem como objetivo explorar, descrever, explicar e avaliar os fatos e situações encontradas no decorrer da pesquisa, buscando sempre proporcionar conhecimento acerca do fenômeno estudado e comprovar ou contrastar as relações evidenciadas no caso analisado, como Ludke e André nós apontam:

O estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das classes de alfabetização (CA) ou o do ensino noturno. O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. (1986, p. 17).

Para tanto, tendo a necessidade de dar sentido aos dados coletados durante o desenrolar da pesquisa o estudo de caso fora realizado na sala de recurso multifuncional da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vilhena Alves, de forma a analisar a organização do trabalho pedagógico ofertado aos alunos com deficiência no atendimento educacional especializado da escola.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizarei a técnica da observação visto que a mesma possibilita ao pesquisador extrair informações de grupos e situações as quais se deseja analisar. De acordo com Bechker (1972).

A observação deve responder de maneira satisfatória as particularidades de algumas questões de pesquisa e deverá apresentar algumas características específicas, como: possibilidade de coleta de dados durante longos períodos; coletar as informações de maneira discreta e reservada, a fim de evitar que as respostas sejam inverídicas; coletar informações que possibilitem uma predição do fenômeno e produzir dados que possam ser aplicados em larga escala, ou seja, em vez de trazer regularidades de uma característica para generalização, deve ser passível de, se necessário, comparar com diversos outros casos. (BECHKER, 1972, p.169).

Já os autores Ludke e André apresentam sua definição quanto à observação, afirmando que:

A observação ocupa um lugar privilegiado nas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação, ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito entre pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que representa uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.26)

As observações para efeito deste estudo desenvolveram-se na SRM da escola em questão. Nessa via as observações centraram-se na prática pedagógica desenvolvida pela docente desta sala junto aos alunos com deficiência. Tais observações ocorreram durante as atividades do Projeto PIBID em 2017 e permaneceram após o término do Projeto no decorrer do ano de 2018. Os dados produzidos foram apoiados nas análises dos PDI's dos alunos, ao todo foram dez planos individuais analisados, além do diário de campo (caderno de registro), fotografias de acervo pessoal e em toda documentação pedagógica disponível na SRM.

Para Minayo (2010) o diário é um material que não pode ser descartado num trabalho de campo, pois as informações nele contidas auxiliaram na análise de dados.

[...] “constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais”. (MINAYO, 2010, p.100)

O diário de campo foi um importante instrumento na coleta de dados para minha pesquisa, já que, foi nele que registrei minhas observações realizadas no período compreendido entre o mês de Março de 2017 a Setembro de 2018. As observações ocorreram no turno da tarde sempre as segundas, terças e quartas-feiras respeitando sempre os mesmos horários das 14h00 min até às 18h00 min em um total de 15 horas semanais.

No que se refere aos sujeitos desta pesquisa o critério de participação neste estudo compreendeu atuar na SRM no AEE com alunos com deficiência. Desta forma considera-se a Pedagoga especialista em Educação Especial que atua na SRM no Atendimento Educacional Especializado – AEE, ela atende um quantitativo de 35 alunos, distribuídos nos três turnos ofertados pela instituição em questão.

Respeitando os dados coletados nesta pesquisa, todos obedecem às formas de tratamento de análise do conteúdo. Bardin estabelece reflexões acerca da análise do conteúdo e a linguística, por conterem um objeto comum, a linguagem. Segundo Bardin (2011) a análise

do conteúdo é definida como um método empírico tendo como função primordial o desvendar crítico.

Desta forma (BARDIN, 2011, p.15) esclarece: “A análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

A análise do conteúdo procura conhecer aquilo que está por traz do significado das palavras, pois, algumas técnicas e procedimentos da análise de conteúdo, fazem menção à análise documental como forma de condensação das informações, para consulta e armazenamento. O quadro a seguir ilustra algumas de suas características.

QUADRO 01: Características da Análise Documental e Análise do Conteúdo

Análise Documental e Análise do Conteúdo	Análise do Conteúdo
Foca-se em documentos; Classificação – Indexação; Objetivo: representação condensada da informação para consulta e armazenagem.	Foca-se em mensagens (comunicações); Categorial-temática (é apenas uma das possibilidades de análise); Objetivo: manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.

Fonte: Adaptado aos estudos de BARDIN (2011).

Chizzotti (2006) também nós esclarece sobre análise de conteúdo como sendo:

Um método de tratamento de análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos, ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento. O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas (CHIZZOTTI, 2006, p.98).

Deste modo, respeitando as características da análise dos documentos utilizados em minha pesquisa tenho como objetivo desta monografia compreender como ocorre O Trabalho Pedagógico na Sala de Recurso Multifuncional, identificar de que forma está organizado este trabalho e quais objetivos são definidos para a realização das atividades desenvolvidas junto aos alunos com deficiência matriculados no ensino médio da escola pesquisada.

Para tanto, este trabalho está dividido em uma introdução, três seções e uma conclusão. Na Introdução apresento o problema de pesquisa investigado, assim como os objetivos traçados, a metodologia utilizada e os resultados esperados.

Na segunda seção intitulada de “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão” falo sobre os conceitos e contextos do movimento histórico da “Educação Especial e da Educação Inclusiva” caracterizando a metodologia, suas particularidades e os teóricos utilizados na referida pesquisa.

Na terceira seção intitulada de “O Atendimento Educacional Especializado no Contexto da Escola Regular”, apresento uma discussão sobre o AEE, esta seção é subdividida em duas partes: A princípio apresento a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e posteriormente discuto sobre a SRM, sua função e seus objetivos para com a educação de alunos com deficiência.

Na quarta seção intitulada “A Proposta Pedagógica da Sala de Recurso Multifuncional da Escola Vilhena Alves”, apresento três subdivisões: Na primeira apresento a Infraestrutura da SRM, na segunda apresento a Organização do Planejamento da SRM e na terceira apresento quais Atividades são desenvolvidas na prática pedagógica dos alunos com deficiência na sala de recurso multifuncional.

E por fim encerro este trabalho com a quinta e última seção que é a Conclusão, onde apresento minhas considerações diante do estudo realizado sobre “O Trabalho Pedagógico na Sala de Recurso Multifuncional” (SRM) com os alunos com deficiência matriculados no ensino médio da Escola Vilhena Alves.

2. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão

Nesta seção abordaremos uma breve consideração sobre o contexto da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, com foco na Educação Especial e seu movimento histórico, seguindo contextualizando a Educação Inclusiva.

2.1 Educação Especial: Movimento Histórico

Em nosso país a evolução ocorrida no processo educacional para as pessoas com deficiência foram inspiradas em experiências internacionais no início do século XIX. De acordo com Mazzota (1996) houve no Brasil dois períodos distintos sobre a educação especial. O primeiro momento se deu entre os anos 1854 e 1956 e foi marcado pelo registro de atividades e iniciativas de caráter particular e de formas isoladas; Já o segundo momento ocorreu entre os anos 1957 e 1993 e caracterizou-se por iniciativas oficiais e em âmbito nacional.

O primeiro momento descrito por Mazzota tem como marco a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atualmente conhecido como Instituto Benjamin Constant – IBC e do Instituto dos Surdos – Mudos em 1856, atualmente conhecidos como Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. O segundo momento ocorre entre os anos de 1957 e 1993 e versa sobre o “Atendimento Educacional aos Excepcionais” este assumido pelo governo federal com a criação de Campanhas específicas para este fim. Em 1957 a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro se torna um marco da visão estatal diante a educação das pessoas com deficiência.

Vemos que historicamente, o sujeito com deficiência é observado de diferentes formas pela sociedade, isso está diretamente ligado aos valores culturais, sociais, ideológicos e até religiosos que acabam influenciando a forma como este sujeito é tratado. Assim a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela intelectual, auditiva, visual, motora, física, múltipla, além das pessoas com transtornos, com altas habilidades ou superdotação que também têm integrado o alunado da educação especial. No entanto, algumas das diretrizes e leis relacionadas à educação especial só foram institucionalizadas em meados do século XX como nos aponta Januzzi (2004).

[...] a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas,

institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular. Tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização do Brasil, comumente intitulada de substituição de importações, os espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais (JANNUZZI, 2004 p.34).

Na perspectiva de Januzzi (2004), o governo não assume esse tipo de educação, mas contribui parcialmente com entidades filantrópicas, desta forma o governo passa a auxiliar tecnicamente o Instituto Padre Chico (para cegos) em 1930 e a fundação para o Livro do Cego no Brasil, Darina Nowwil em 1946, decretada de utilidade pública em 1954. A partir desse contexto de 1954 surge a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE no Rio de Janeiro, seguida pela fundação de outras APAEs que atualmente configuram-se na Federação Nacional de APAEs.

Segundo o modelo clínico-médico utilizado na prática da integração tinha como objetivo habilitar a pessoa com deficiência para fazer parte do meio social, não exigindo da sociedade modificações de atitudes, de espaços físicos, nem de práticas sociais. A integração, segundo Pereira (2000), pressupõe o direito à educação, contudo, a sociedade não precisa mudar para receber os alunos com deficiência, e sim ela é quem deve se adaptar a um modelo social já existente.

Corroborando com Pereira (2000) Minetto (2010) argumenta que a educação integradora exigia a adaptação dos alunos com NEE ao sistema escolar, no entanto esse processo impedia que as pessoas com deficiência alcançassem um nível melhor de estudo. Desta forma a integração total na classe comum só era permitida para aqueles alunos que conseguissem acompanhar o currículo desenvolvido na escola, porém esse acompanhamento era praticamente impossível de se acontecer, forçando o aluno a retornar para uma escola especializada, frustrando a proposta de integração educacional e social. Aumentando assim o preconceito e a rotulação sobre os alunos.

Outro momento importante no contexto histórico da educação especial se deu com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 4.024/61) em 1961, no qual a educação especial foi mencionada, reafirmando o direito dos excepcionais à educação, para tanto este sistema de ensino deve adequar-se ao sistema geral de educação, ou seja, ao sistema regular de ensino. E em 1988 foi à vez da Constituição Federal retomar a discussão sobre a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo e sua qualificação para o trabalho. A garantia de igualdade no direito à educação estende-se as pessoas com deficiência.

A Constituição Federal de 1988 que rege nossa nação considera a educação especial como parte inerente do direito a educação tendo como prioridade a ampliação de competências técnicas e a eliminação de qualquer forma de preconceito sobre esses sujeitos. De acordo com os princípios gerais que regem a educação especial o indivíduo tem o direito à dignidade, à igualdade de oportunidades, direito à liberdade de aprender e de ser diferente e o direito a felicidade. Já os princípios específicos versam sobre o atendimento educacional especializado visando o amplo desenvolvimento das potencialidades desse alunado. Ou seja, a Constituição imprime em seu ordenamento jurídico que o Atendimento Educacional Especializado – AEE possa ser efetivado, dando um enfoque especial à inclusão.

Deste modo outros documentos versam sobre as ações de dinamização da educação e de amparo aos excepcionais dos quais temos a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990, que, no que cerne a educação especial não se distancia da linha de pensamento da Constituição Federal de 1988, descrito no Art. 205. Assim como a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 que no capítulo V fala especificamente da Educação Especial e de que forma é definida e como deve ser ofertada na rede regular de ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais perpassando por todos os níveis de ensino desde a educação infantil até o ensino superior, seguindo os preceitos constitucionais. Desta forma a Educação Especial é definida:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, como dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 19).

Para tanto de acordo com a Lei nº 9.394/96 os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; (BRASIL, 1996, p. 19).

Diante das legislações apresentadas vemos as políticas internacionais e nacionais voltadas para o processo educativo dos alunos da educação especial contemplando os setores educacionais em pontos fundamentais como infraestrutura, financiamento, formação de professores, gestão, capacitação profissional, etc. Entretanto deve-se reconhecer e valorizar a diversidade como uma característica inerente a qualquer pessoa. Acredito que o acesso, a permanência e o sucesso desses alunos devem ser garantidos através de uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças ou de suas deficiências.

A década de 1990 de acordo com Januzzi (2004) foi marcada por inúmeras mudanças no que se refere à educação especial em âmbito internacional e nacional. No entanto, compreende-se que a educação especial vai além de uma mera modalidade educacional como apontam alguns documentos, pois à medida que a instituição escolar possui alunos com variadas especificidades, falar em Educação Especial pode ser encarado a partir de uma perspectiva mais ampla, que vai além dos alunos, sendo capaz de envolver toda a comunidade escolar.

É importante e necessária uma ressignificação por parte dos professores acerca de suas práticas pedagógicas, pois os educadores precisam estar abertos para novos desafios no campo educacional. Para tanto se torna de extrema importância que alunos público alvo da educação especial sintam-se acolhidos e valorizados dentro de sala de aula tornando a escola um ambiente propício a inclusão de alunos com deficiência.

2.2 Educação Inclusiva

O modelo da educação inclusiva nasce como uma expressão da democratização escolar e aceitação das diferenças não como obstáculo, e sim como características de todo ser humano. Porém, a aproximação do ensino regular ao especial é historicamente complexa, necessitando ser continuamente investigada a fim de responder às expectativas advindas dessa união. A proposta de inclusão apresenta-se como uma forma de ver, pensar e agir em relação às diferenças e as peculiaridades do outro diante de uma nova opção para a inserção de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, a inclusão tem por objetivo a superação da exclusão desses alunos.

O tema da inclusão surgiu no meio de movimentos sociais que versam sobre os direitos humanos, desta forma o assunto sobre a temática consolidou-se através da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e pela Declaração de Salamanca (1994), trazendo à tona o direito de toda criança à educação. Dentre esses direitos tem-se a caracterização e democratização da educação tornando universal a oportunidade aos serviços educacionais.

Desta forma a garantia de igualdade de acesso à educação as pessoas com deficiência como parte inerente do sistema educacional e como um direito à cidadania está descrito no Artigo III da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, p.4).

Assim como a Declaração de Salamanca (1994) demanda em seus princípios que o Estado assegure a educação de pessoas com deficiência integrando o sistema educacional, introduzindo a educação especial na estrutura regular. É o que está descrito no ítem 02 do referido documento. Acreditamos e proclamamos que:

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades;
As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promove a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994, p. 1).

Desta forma para que todos os alunos possam desfrutar de uma educação de qualidade é necessário que a escola construa um ambiente de aprendizagem escolar que seja acolhedor, seguro e agradável aos seus educandos. Para tanto a Declaração de Salamanca possui como princípio norteador:

[...] todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes à minoria linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados... No contexto destas Linhas de Ação o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educativas especiais em algum momento de sua escolarização. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (UNESCO, 1994, p.17 e 18).

O sistema educacional deve ir muito além de um mero sistema de matrículas dos alunos público alvo da educação especial nas escolas regulares. A escola como espaço de cidadania e formadora de sujeitos deve ter como princípio o atendimento educacional sem distinção, discriminação ou qualquer tipo de exclusão. Segundo Rezende (1998) a escola e sua gestão se veem diante da necessidade de reestruturar-se e ressignificar os princípios do que sejam os processos do ensinar e do aprender, propiciando aos alunos um lugar de aprendizagem e de respeito pelas diferenças.

Corroborando com Sasaki (1997) Rezende (1998), entende que a educação inclusiva deve integrar toda a escola, fazendo com que os alunos aprendam a conviver com as diferenças, desta forma a educação especial configura-se como:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (SASSAKI, 1997, p. 41).

Para tanto reforço que o sistema educacional necessita de algumas transformações que perpassam pela reorganização no âmbito escolar, na formação dos professores, na superação de barreiras sejam elas arquitetônicas ou atitudinais. Considerando a importância da inclusão educacional e as mudanças nas políticas administrativas voltadas para a gestão educacional as quais podem envolver a destinação de recursos do município ou do estado até a flexibilização curricular dentro de sala de aula. Torna-se necessário que a educação seja ofertada a todos os alunos respeitando suas diferenças e valorizando suas particularidades.

3 O Atendimento Educacional Especializado no Contexto da Escola Regular

O objetivo desta seção é apresentar o Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva e trarei o conceito acerca da Função e dos Objetivos da Sala de Recurso Multifuncional.

3.1 A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI constitui um grande e importante marco para a garantia da inclusão dos alunos público alvo da educação especial nas escolas regulares, tendo como um de seus objetivos assegurar o acesso ao ensino comum e ao atendimento educacional especializado – AEE, envolvendo a inclusão efetiva e não apenas a matrícula, a acessibilidade plena a todos os recursos que viabilizem o crescimento e a aprendizagem dos alunos, e não apenas a eliminação de barreiras físicas, e a participação efetiva dos alunos e suas famílias em todo o processo que envolva a vida escolar do educando.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Para tanto a PNEEPEI tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e ou superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
 Atendimento educacional especializado;
 Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
 Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
 Participação da família e da comunidade;
 Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
 Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.
 (MEC/SECADI (BRASIL, s/a, p. 10).

Ainda de acordo com o PNEEPEI a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades da educação, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização

no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Para tanto se faz necessário ofertar a esses alunos o AEE, que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.

As atividades que são desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula regular, não sendo substitutivas à escolarização dos alunos. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência dentro da escola e fora dela. De acordo com o Decreto nº 7.611/11 este atendimento educacional deve ser oferecido aos alunos com deficiência na sala de recurso multifuncional, local destinado para o AEE.

3.2 SRM: Função e Objetivos

A inclusão de alunos que constitui o público alvo da educação especial nas instituições de ensino regular tem caminhado a passos lentos, já que o processo de inclusão não acontece apenas com o momento da matrícula, mas sim com propostas educacionais concretas que possibilitem um ambiente acolhedor e respeite seu tempo de aprendizagem.

No contexto da educação brasileira há muito tempo vem se discutindo a educação de pessoas com deficiência nas legislações e decretos que foram promulgados com o intuito de proporcionar uma educação de qualidade para a pessoa com deficiência na rede regular de ensino.

E em virtude do processo de inclusão nas escolas, essas instituições passaram a propor alternativas para a adequação do ambiente escolar aos seus alunos. Diante desse contexto surgem as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que são espaços dentro das escolas públicas, onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Decreto nº 7.611/11, Art. 2º, § 1º, define o AEE:

Será denominado atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I. Complementar à formação dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais;
- II. Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.
- III. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

IV. Assegurar condições para a continuidade dos estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011, p.1).

Neste sentido o AEE apresenta-se como um atendimento complementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e suplementar aos alunos com altas habilidades ou superdotação. O AEE deve estar de acordo com a proposta pedagógica da escola e também necessita ter um envolvimento com as famílias dos alunos atendidos para que o atendimento aconteça de forma progressiva e contínua. É importante destacar que o AEE não se caracteriza como um reforço escolar, pois as ações desenvolvidas são de cunho pedagógico e as estratégias de ensino são direcionadas as necessidades educativas de cada aluno.

Para tanto, o atendimento educacional especializado ofertado pela sala de recurso multifuncional tem como objetivos:

- I. Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II. Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV. Assegurar condições para a continuidade de estudos e nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011, p.2).

Deste modo o atendimento educacional especializado é realizado na sala de recurso multifuncional e é destinado aos alunos com deficiência, este atendimento educacional é pautado na perspectiva inclusiva ofertando subsídios complementares e suplementares respeitando as peculiaridades dos alunos atendidos na SRM. Neste sentido o Decreto nº 7.611/11, Art. 5º, § 3º, afirma que: “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2011, p.3).

Portanto a SRM deve ser organizada a partir de um conjunto de materiais didáticos e pedagógicos que são utilizados por um docente capacitado a desenvolver estratégias educacionais a necessidades de cada educando atendido na sala multifuncional através do AEE. Visando um ensino de qualidade para os alunos com deficiência o mesmo decreto, trata sobre os variados tipos de instrumentos que devem compor as salas de recursos multifuncionais na oferta de ensino desses alunos.

A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais –

Libras, laptops com sintetizador de voz, software para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitem o acesso ao currículo. (BRASIL, 2011, p. 4).

Seguindo a proposta de uma educação inclusiva Glat e Oliveira (2003) salientam a importância dos alunos com deficiência estarem incluídos no ensino regular. “Esses alunos independentemente do tipo ou grau de comprometimento, devem ser matriculados no ensino regular, cabendo à escola se adaptar para atender as suas necessidades”. Diferente da integração, a inclusão diz que é a escola que tem que se organizar para receber as pessoas com deficiência e não os alunos que têm que se adaptar à escola.

Desta forma, a escola deve criar meios para que todos os alunos interajam uns com os outros e garantir o sucesso escolar de todos, considerando suas individualidades, sem exceções.

A escola regular deve ajustar-se a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, isto é, crianças com deficiência ou superdotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham crianças de populações imigradas ou nômadas, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994, 6).

No entanto a instituição escolar deve acolher a todos os sujeitos da mesma forma, proporcionando um ambiente propício ao desenvolvimento de todos os alunos, identificando as barreiras e as dificuldades de cada educando. Buscando sempre a transposição das dificuldades pautadas em novas estratégias de ensino e em novas formas avaliativas, oferecendo aos seus educadores a oportunidade de novos conhecimentos através da formação continuada. Pois de acordo com Glat (2007) a escola precisa de uma renovação.

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, a rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que em nada interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social. (GLAT, 2007, p. 16).

Entretanto para que se possa pensar em um ensino pautado na educação inclusiva alguns aspectos devem ser repensados na organização escolar, tais como o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola que deve ser organizado pela comunidade escolar a partir de uma

perspectiva inclusiva considerando a relevância do professor adaptar-se de forma curricular para atender as necessidades dos alunos público alvo da educação especial e dos demais alunos, a fim de desenvolver a igualdade, elevando a autoestima dos estudantes, o que certamente resultará em um salto qualitativo na aprendizagem, pois a educação é um poderoso instrumento na promoção da igualdade de direitos, tanto para os alunos quanto para a sociedade em geral.

Para tanto a educação de alunos com deficiências configuram-se como um grande desafio a ser enfrentado pelos profissionais da educação que atuam no contexto da inclusão escolar. Diante deste desafio tem-se o AEE como um importante alicerce no processo de ensino aprendizagem e no desenvolvimento desses alunos. Torna-se necessário que a escola tenha em seu espaço educativo a sala de recurso multifuncional possibilitando uma íntima relação entre os docentes da sala regular e os docentes da SRM.

De acordo com o Decreto nº 7.611/11, artigo 5º, parágrafo 2º dispõe sobre o apoio financeiro e técnico da União contemplando para o Atendimento Educacional Especializado as seguintes ações descritas no documento.

- I. Aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;
- II. Implantação de salas de recursos multifuncionais;
- III. Formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento de educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para os estudantes cegos ou com baixa visão;
- IV. Formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;
- VI. Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade [...] (BRASIL, 2011, p. 2).

O seguinte documento nos esclarece que as salas de recursos multifuncionais são “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. As SRM’s estão equipadas com vários tipos de mobiliários, equipamentos e materiais que podem ser utilizados por todos os alunos que recebem o atendimento educacional especializado, no entanto é necessário que o professor especializado possa reconhecer as reais necessidades dos educandos para que assim possa fazer uso das ferramentas apropriadas para cada aluno com deficiência.

No contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, e tem como objetivo:

Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
 Assegurar o pleno acesso dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais alunos;
 Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino;
 Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar.
 MEC/SECADI (BRASIL, 2010. p.9).

De acordo com esses objetivos o processo de implantação das salas de recursos multifuncionais, deve realizar as seguintes ações: “Aquisição dos recursos que compõem as salas, informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados, monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas, orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE, cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas, promoção da formação continuada de professores para o AEE, apoio à acessibilidade nas escolas com salas implantadas”.

Ainda de acordo com o Programa cabem aos gestores das instituições escolares à implantação das salas de recursos multifuncionais, o planejamento da oferta do AEE e a indicação das escolas a serem contempladas, conforme as demandas da rede, para tanto a escola deve atender os seguintes critérios do Programa:

A secretaria de educação a qual se vincula a escola deve ter elaborado o Plano de Ações Articuladas – PAR, registrando as demandas do sistema de ensino com base no diagnóstico da realidade educacional;
 A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular, conforme registro no Censo Escolar MEC/INEP (escola comum);
 A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) público alvo da educação especial em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala Tipo I;
 A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) cego(s) em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala de Tipo II;
 A escola deve ter disponibilidade de espaço físico para o funcionamento da sala e professor para atuação no AEE.MEC/SECADI (BRASIL, 2010. p. 10).

De acordo com o Documento Orientador: Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais MEC/SECADI, foi no ano de 2005 que se iniciaram a distribuição de equipamentos, mobiliários, recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem. Para tanto, com o intuito de agregar as peculiaridades dos alunos com deficiência existem dois tipos de SRM, configurando-se em Tipo I e Tipo II.

QUADRO 02: COMPOSIÇÃO DAS SRM TIPO I

EQUIPAMENTOS	MOBILIÁRIOS
02 Microcomputadores	01 Mesa redonda
01 Laptop	04 Cadeiras
01 Estabilizador	01 Mesa para impressora
01 Scanner	01 Armário
01 Impressora laser	01 Quadro branco
01 Teclado com colméia	02 Mesas para computador
01 Acionador de pressão	02 Cadeiras
01 Mouse com entrada para acionador	
01 Lupa eletrônica	
MATERIAIS DIDÁTICO/PEDAGÓGICO	
01 Material Dourado	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Esquema Corporal	01 Dominó tátil
01 Bandinha Rítmica	01 Alfabeto Braille
01 Memória de Numerais I	01 Kit de lupas manuais
01 Tapete Alfabético Encaixado	01 Plano inclinado suporte para leitura
01 Software Comunicação Alternativa	01 Memória Tátil
01 Sacolão Criativo Monta Tudo	01 Dominó de Animais em Libras
01 Quebra Cabeças - sequência lógica	01 Dominó de Frases
01 Dominó de Associação de Ideias	

FONTE: Documento Orientador: Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais MEC/SECADI (BRASIL, s/a, p. 15).

Ainda de acordo com o Programa de implantação das SRM's a Sala de Recurso Multifuncional tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, no entanto a sala tipo II contém adicionados aos recursos de acessibilidade materiais específicos para alunos com deficiência visual, conforme descrito no quadro a seguir:

QUADRO 03: COMPOSIÇÃO DAS SRM TIPO II

EQUIPAMENTOS E MATÉRIAS DIDÁTICO/PEDAGÓGICO
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille

01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

FONTE: Documento Orientador: Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais MEC/SECADI (BRASIL, s/a, p. 16).

Para que haja o devido acompanhamento sobre a implantação da sala de recurso multifuncional o Ministério da Educação e Cultura acompanha e fiscaliza a entrega dos itens que compõem as SRM. Para tanto, as escolas devem manter seus registros atualizados no Censo Escolar para que as mesmas possam vir a receber os materiais que compõem as salas de recursos multifuncionais.

A sala de recurso multifuncional tem como função a garantia de atuação do aluno com deficiência por meio dos recursos pedagógicos utilizados no atendimento educacional especializado a fim de minimizar e/ou eliminar as barreiras excludentes existentes no processo de aprendizagem desses alunos, garantindo reais condições de acesso ao currículo escolar.

Estas salas multifuncionais foram criadas com o objetivo de garantir o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no sistema regular de ensino. A SRM que é responsável pelo AEE compreende uma organização estrutural de forma a garantir procedimentos metodológicos, recursos pedagógicos e recursos de acessibilidade utilizados no momento do atendimento educacional dos alunos que constituem o público-alvo da educação especial.

4. A Proposta Pedagógica da Sala de Recurso Multifuncional da Escola Vilhena Alves

Nesta seção discutiremos sobre o Trabalho Pedagógico desenvolvido pela SRM da Escola Vilhena Alves junto aos alunos com deficiência matriculados no ensino médio. Para tanto torna-se necessário uma breve discussão sobre a proposta pedagógica desenvolvida na SRM.

No contexto do âmbito escolar Veiga (1994) entende o pedagógico como “As ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade”. Da mesma forma que a prática pedagógica configura-se como “Uma dimensão da prática social e pressupõe a relação teoria-prática, e é essencialmente nosso dever, como educadores, a busca de condições necessárias à sua realização” (VEIGA, 1994, p.16).

Diante das palavras de Veiga a proposta pedagógica da escola deve estar relacionada ao modo como os docentes que compõem a escola se organizam e como entendem e produzem a educação seja ela de modo individual ou coletivo. Já nas palavras de Pimenta (2006) entende-se que o trabalho pedagógico não se reduz apenas ao trabalho escolar e docente, apesar de serem termos inter-relacionados possuem conceitos distintos. Portanto para Pimenta “A base da identidade profissional do educador é a ação pedagógica não a ação docente”. (PIMENTA, 2006, p. 120).

Considerando essa perspectiva, a prática pedagógica deve ser entendida como algo essencial para o exercício do trabalho docente na escola, voltada para o desenvolvimento do sujeito abrangendo suas complexidades e suas peculiaridades durante o processo educativo.

Diante disso, para a discussão do trabalho pedagógico da SRM da escola Vilhena Alves organizamos esta seção em três categorias que consideramos fundamentais e reveladoras do trabalho: 1) infraestrutura; 2) planejamento; 3) atividades. Cada uma dessas será apresentada e discutida separadamente, ainda que estejam diretamente imbricadas.

4.1 Infraestrutura

Atualmente o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência configura-se como um grande desafio a ser enfrentado pelos profissionais da educação que atuam no sistema educacional inclusivo. Para tanto na tentativa de superar o desafio que é a inclusão escolar de alunos com deficiência a escola Vilhena Alves dispõe de uma sala de recurso

multifuncional desde o ano de 2012, onde é ofertado o atendimento educacional especializado aos 79 alunos com deficiência matriculados na escola e em especial aos 35 alunos atendidos pela Professora da sala de recurso multifuncional observada durante a realização desta pesquisa.

Para atender esses alunos a SRM da escola em questão dispõe de uma boa infraestrutura física, com uma ampla sala refrigerada, com um grande número de recursos pedagógicos, mobiliário adequado às funções e um banheiro adaptado para cadeira de rodas, tudo em concordância com o Documento Orientador: Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais MEC/SECADI, além dos seguintes materiais para uso coletivo e individual dos alunos que constituem o público alvo da educação especial.

QUADRO 04: COMPOSIÇÃO DA SRM DA ESCOLA VILHENA ALVES

EQUIPAMENTOS	MOBILIÁRIO
02 Notebooks	01 Mesa Redonda
01 Scanner	04 Mesas Retangulares
01 Impressora	01 Mesa Pequena para a Impressora
01 Impressora Braille	01 Mesa Pequena para a Impressora Braille
03 Máquinas Braille	03 Armários Grandes de Metal
01 Teclado Colmeia	02 Estante de Metal
01 Televisão de 32'	01 Quadro Branco
03 Rádios Pequenos	10 Cadeiras
03 Lupas Manuais de Vidro	01 Cadeira de Rodas
01 Lupa Eletrônica	01 Quadro de Registro de Informações
MATERIAL DIDÁTICO/ PEDAGÓGICO	
02 Material Dourado	01 Bandinha Rítmica (Percussão)
01 Tapete Alfabético Encaixado	03 Alfabeto em Libras
01 Dominó em Braille	01 Dominó de Frutas em Braille
02 Dominó em Libras	01 Alfabeto em Braile
02 Alfabeto Móvel em Sílabas	01 Punção
01 Tabela Química em Braille	01 Tabela Química em Libras
01 Plano Inclinado para Leitura	Placas sinalizadoras em Braille
03 Regletes de Mesa	01 Dominó de Fruta em Libras
02 Soroban	02 Bolas de Guizo

01 Guia de Assinatura	01 Kit de Lupas Manuais
05 Dominós de Frases	Placas sinalizadoras em Libras
01 Dominó de Frases em Braille	01 dominó de Frases em Libras
01 Jogo Régua de Frações	02 Ábaco
01 Dominó de Números - Divisão	01 Dominó de Números - Multiplicação

FONTE: Elaborado pela autora com base na observação.

Ressalto que a sala de recurso multifuncional da escola é muito bem equipada com os materiais descritos no quadro acima e está em conformidade com o Programa de Implantação de SRM (2010), todos os recursos disponíveis são utilizados de acordo com as necessidades e com a deficiência de cada aluno como está descrito no planejamento do Plano de Desenvolvimento Individual do aluno utilizado pela professora observada. As imagens a seguir nos permitem visualizar os materiais disponíveis na sala de recurso multifuncional da escola.



Figura 1: Máquinas Braille, Reglete, Lupa Eletrônica e Lupa Manual.

Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 2: Jogos didáticos pedagógicos e Instrumentos musicais.

Fonte: Arquivo Pessoal

Conforme os documentos oficiais de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (2010) o atendimento educacional especializado ocorre por meio da ação docente junto aos alunos com deficiência o qual se realiza através de ações específicas para o desenvolvimento educacional dos alunos atendidos no AEE com o auxílio dos recursos repassados pelo Programa e visualizados nas imagens acima. Para o exercício do trabalho pedagógico desenvolvido na SRM há três professoras graduadas no curso de Pedagogia e com especialização em Educação Especial, além dessas profissionais o AEE conta com um interprete de Libras junto às atividades desenvolvidas com os alunos público alvo da educação especial.

O AEE é um atendimento que deve ser ofertado no contra turno escolar como nos aponta o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (2010) e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que: “O AEE é realizado, prioritariamente, na SRM da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização...” No entanto o atendimento educacional da escola é ofertado no mesmo horário de aula dos alunos contrariando o descrito nos documentos oficiais.

Para tanto a decisão de ofertar o atendimento educacional especializado no mesmo horário de aula é justamente para que não haja um esvaziamento deste atendimento e conseqüentemente uma quebra no desenvolvimento das atividades desenvolvidas com os alunos, haja vista que a escola em questão está localizada no centro da cidade, porém distante da residência da maioria dos alunos que necessitam do atendimento educacional especializado, o que inviabiliza o retorno desse aluno para a escola em outro horário.

Durante o processo de observação da prática pedagógica ofertada na sala de recurso multifuncional foi possível observar as mais variadas formas de atividades proposta pela professora da sala multifuncional com os alunos com deficiência. Para efeito de minha pesquisa busquei informações específicas na documentação pedagógica dos alunos atendidos na SRM. Estes alunos encontram-se regularmente matriculados em anos distintos que vão do 1º ao 3º ano do ensino médio, eles possuem entre 20 e 55 anos de idade, dentre eles 50% estão cursando a 1ª série do ensino médio.

Os alunos atendidos na SRM possuem um desenvolvimento bem significativo das atividades elaboradas a partir do plano de ação traçado individualmente para cada um dos alunos. Isso ocorre devido o horário dos atendimentos acontecerem no mesmo horário de aula, sendo assim a frequência, a assiduidade e pontualidade dos alunos torna-se um ponto positivo no que se refere ao AEE não ser ofertado no contra turno escolar.

4.2 Organização do Planejamento

Primeiramente, observou-se que o processo de inclusão para alunos com deficiência envolvia o acompanhamento na Sala de Recurso Multifuncional, local em que ocorre o Atendimento Educacional Especializado. Além disso, a professora responsável pelo AEE acompanha os alunos supracitados na sala regular como também na SRM para dar suporte na realização das atividades. Através das observações realizadas no decorrer dos atendimentos disponibilizados na SRM foi possível perceber as mais variadas formas de atividades proposta aos alunos com deficiência que são atendidos pela professora sujeito da pesquisa.

A docente responsável pelo AEE no período da tarde organiza os atendimentos da seguinte forma: _ Uma entrevista é realizada com a família do aluno, nesse primeiro contato o objetivo é obter informações sobre o contexto familiar desse aluno, sua rotina e quais características da deficiência que o aluno possui.

_ Diante das informações colhidas nas entrevistas é realizado um planejamento complementar para os alunos com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento atendidos na SRM junto a um funcionário da Coordenadoria de Educação Especial – COES. O atendimento suplementar para os alunos com altas habilidades e/ou superdotação não é efetivado, pois este atendimento é realizado pelos profissionais responsáveis pelo Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAHS.

Este planejamento é organizado de acordo com o preenchimento do PDI do aluno, atualmente a professora observada nesta pesquisa possui um total de 35 alunos com as seguintes deficiências: Intelectual, auditiva, múltipla e visual. Para cada deficiência apresentada são traçados metodologias que auxiliam no processo de ensino aprendizagem de cada um.

De acordo com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado (2013) devem-se atender as necessidades de cada aluno, de forma a superar ou compensar as barreiras de aprendizagens diagnosticadas proporcionando aos discentes que frequentam a SRM o ensino de conteúdo específicos, além de estratégias de ensino e a utilização de recursos pedagógicos e de tecnologias diferenciadas, não existentes na sala regular, mas que são fundamentais para garantir a aprendizagem e acesso ao currículo comum.

Para tanto o Plano de Desenvolvimento Individual do aluno configura-se como:

Um documento elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado com o apoio do coordenador pedagógico da unidade escolar. O PDI serve para registrar os dados da avaliação do aluno e o plano de intervenção pedagógico especializado que será desenvolvido pelo professor na Sala de Recursos Multifuncional. (POKER, 2013, p. 21)

O plano de desenvolvimento individual “É constituído de duas partes, sendo a primeira destinada a informes e avaliação e a segunda voltada para a proposta de intervenção. São assim denominadas: Parte I – Informações e Avaliação do Aluno e Parte II – Plano Pedagógico Especializado” (POKER, 2013, p. 21). Os dados que compõe o PDI devem ser coletados pelo professor especializado no momento em que este realiza o estudo de caso de cada aluno a ser atendido na Sala de Recursos Multifuncional, como vemos a seguir:

A Parte I do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que trata da avaliação, apresenta cinco tópicos:

O tópico 01 tem como objetivo coletar informações a respeito da identificação do aluno.

O tópico 02 aponta dados familiares que são importantes para contextualizar a situação do aluno, na família, bem como a sua situação social e econômica.

O tópico 03 aborda a trajetória escolar do aluno, informação fundamental para o professor conhecer as experiências já vividas, as oportunidades que o aluno já teve e, também, a maneira como a escola está respondendo às suas necessidades.

O tópico 04 trata da Avaliação Geral, são analisadas duas instâncias que são determinantes para o desenvolvimento do aluno: a família e a escola. Com tais informações, é possível compreender como está a participação do aluno na família e as condições fornecidas pelos familiares para que a aprendizagem aconteça. Em relação à escola, os dados permitirão conhecer como ela está organizada, como vem enfrentando o desafio de contemplar a diversidade, como está sua condição de acessibilidade física e atitudinal, qual é a formação do professor que atua com o aluno com deficiência, altas habilidades ou TGD e, mais do que isso, será possível identificar como o professor conduz o processo de ensino e aprendizagem, tendo na sua turma esse aluno.

Quanto à Avaliação do Aluno, que constitui o tópico 05 do PDI (Parte I), referem-se à avaliação das condições do aluno, suas limitações, competências, dificuldades e habilidades, para se garantir a acessibilidade curricular. (POKER, 2013, p. 24)

Visando a elaboração de um trabalho organizado que contemple possíveis avanços para o ensino e aprendizagem dos alunos atendidos na SRM, tem-se a elaboração do plano de desenvolvimento individual – Parte I que contempla os dados de identificação do aluno, dados familiares, informação escolar, avaliação geral como: (âmbito familiar, socialização, âmbito escolar, acessibilidade arquitetônica, acessibilidade pedagógica), avaliação do aluno que inclui condições de saúde geral, necessidades educacionais especiais do aluno que visa o desenvolvimento da função cognitiva, da memória, linguagem, leitura e escrita, raciocínio lógico e matemático e o desenvolvimento da função motora.

De acordo com o PDI o trabalho pedagógico desenvolvido com os alunos foca no desenvolvimento psicomotor, no raciocínio lógico e matemático, no domínio da coordenação motora, nas funções que exigem temporalidade e lateralidade, na escrita e na leitura. Todas essas atividades são trabalhadas em seções individuais e em grupos sempre respeitando as limitações de cada um. Como nos sugere o plano de ação desenvolvido no PDI do aluno nº 1 que possui deficiência intelectual e baixa visão.

Os objetivos a serem atingidos com este aluno é o desenvolvimento de sua capacidade de organização dos fatos cronológicos.

Desenvolver práticas diversificadas de escrita e leitura, de produção textual envolvendo ludicidade e interpretação. Essas atividades passam por uma ampliação de fonte no momento da impressão para atender as necessidades visuais do aluno em questão. (Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno).

Já o plano de desenvolvimento individual do aluno nº 2 que possui deficiência intelectual os objetivos a serem alcançados com as atividades propostas são:

O desenvolvimento da criatividade, atividades com leitura e reconto da história.

O aluno precisa desenvolver o uso da coordenação motora ampla, fina, além de noções espacial, temporal e de lateralidade. Para esta atividade é utilizado com o aluno

pinturas de gravuras de variados tamanhos, além dos recursos de aparelho de som, cd's e figuras de tamanhos diversificados. (Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno).

Para tanto com o objetivo de atender as necessidades dos alunos a partir das funções apresentadas e descritas no modelo de PDI – Parte I, o modelo Parte II do PDI contempla o denominado Plano Pedagógico Especializado – PPE, o qual se constitui em um plano de intervenção realizado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado. Sua elaboração tem como base os dados da avaliação (Parte I do PDI). Para a elaboração do PPE tem-se como objetivo elaborar uma intervenção pedagógica capaz de promover a aprendizagem do aluno com deficiência.

O apoio docente especializado dará ao aluno a oportunidade de desenvolver suas competências por meio de um currículo que atenda às suas necessidades educacionais, ou seja, com atividades, uso de recursos e conteúdos que favorecem os processos de aprendizagem. É o que podemos ver no modelo de PDI – Parte II que é constituído de três partes. São elas: ações necessárias para satisfazer às necessidades educacionais especiais do aluno, organização do Atendimento Educacional Especializado e Orientações a serem realizadas pelo professor do AEE direcionadas aos demais agentes que atuam na escola.

O plano pedagógico especializado foca não somente nas necessidades educacionais, mas também nas potencialidades dos alunos ampliando suas ações pedagógicas existentes assim como, as que ainda serão desenvolvidas no âmbito da escola, da sala de aula do ensino regular, da sala de recurso multifuncional, da família, da saúde, além de orientações feitas pelo professor do AEE para os professores da sala regular, para os colegas de turma, para a família do aluno e demais funcionários da escola. Os aspectos a serem trabalhados e desenvolvidos nas atividades durante o AEE têm como objetivo exercitar a função cognitiva, motora e social.

O uso do PDI e do PPE no planejamento das ações a serem desenvolvidas na SRM visam o desenvolvimento da interação social, do aprender e a internalização do conhecimento, como nos aponta Souza (2011) afirmando que a partir da mediação e das interações estabelecidas em sala baseada em propostas pedagógicas individualizadas e coerentes, respeitando as possibilidades e limitações no decorrer do processo de aprendizagem de cada aluno. Segundo a mesma autora a aprendizagem de alunos com deficiência necessita de um currículo que privilegie ações cercadas de sentido e significado para que seja construída uma

rede conceitual, cognitiva, motora, afetiva e linguística na construção da aprendizagem desses alunos.

Desta forma visando uma continuidade nas atividades desenvolvidas a partir do que está descrito no PDI e no PPE do aluno é feito um relatório bimestral com o objetivo de avaliar e acompanhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos atendidos na sala de recurso multifuncional. Além da avaliação da aprendizagem é avaliado também os recursos e as metodologias que são utilizadas de acordo com as necessidades dos alunos no processo educativo. Haja vista que em alguns casos torna-se necessário uma mudança na utilização de alguns recursos e conseqüentemente de algumas metodologias. É o caso do aluno nº 3.

As atividades desenvolvidas com o aluno durante o primeiro bimestre precisou passar por algumas modificações, pois, o aluno passou a apresentar dificuldades na visualização das tarefas propostas durante o atendimento educacional. (Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno).

Perante minhas observações destaco como ponto positivo a avaliação feita sobre os recursos e as metodologias utilizadas na Sala de Recurso Multifuncional durante o atendimento educacional especializado, pois em alguns casos há uma evolução no processo de aprendizagem desses alunos. Sendo assim torna-se necessário um novo planejamento para a utilização de recursos e tecnologias mais condizentes com o desempenho escolar obtido e com o nível de aprendizagem dos mesmos.

4.3 Atividades

As atividades desenvolvidas pela professora observada durante os dias que estive na SRM estão amparadas no planejamento das ações propostas no plano de desenvolvimento individual dos alunos, estas atividades consideram as habilidades e as competências que os alunos apresentam, buscando sempre respeitar as especificidades e potencialidades de cada um na realização das tarefas propostas durante o atendimento educacional especializado. Para tanto as seguintes ações estão de acordo com o PDI que tem por objetivo:

Identificar e conhecer as barreiras arquitetônicas, atitudinais e curriculares que possam impedir ou impossibilitar o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtorno global de desenvolvimento ou altas habilidades ou superdotação são fundamentais para a implementação de um modelo educacional efetivamente inclusivo. A avaliação concebida nessa perspectiva possibilita a elaboração de um planejamento pedagógico especializado e individualizado que analisa e apontam quais são as condições do aluno para acessar o currículo da série em que se encontra, considerando o espaço da escola e as ações dos gestores e da comunidade escolar, os

materiais e recursos disponíveis, a metodologia e as estratégias utilizadas pelo professor, o envolvimento da família do aluno, bem como as suas condições específicas para aprender. (POKER, 2013, p. 11)

Durante o AEE foi possível observar que das atividades propostas aos alunos com deficiência as que ocorriam com maior frequência são aquelas que segundo Oliveira e Drago (2008) valoriza suas ações peculiares, sua forma de aprender e agir, considerando, inclusive, a relação de seus atos e seus conhecimentos com os conteúdos curriculares propostos para o ensino. Desta forma as atividades desenvolvidas na SRM exercitam a capacidade de comunicação entre seus pares e as relações interpessoais entre os alunos e com os demais que convivem diariamente com o mesmo. As atividades mais recorrentes foram:

QUADRO 05: Ações planejadas e desenvolvidas com os alunos durante o AEE

<p>Exploração do nome do aluno;</p> <p>Leitura, comparação, identificação de semelhanças e diferenças;</p> <p>Jogos de encaixe, memória, recorte, colagem;</p> <p>Jogos de sequência lógica, nomeação de figuras e objetos;</p> <p>Procurar entre vários objetos ou desenhos espalhados, o que foi solicitado;</p> <p>Montar e desmontar objetos concretos;</p> <p>Atividades de alinhavo;</p> <p>Atender comandos simples;</p> <p>Atender comandos complexos;</p> <p>Discriminar semelhanças e diferenças em objetos;</p> <p>Discriminar semelhanças e diferenças em gravuras e desenhos;</p> <p>Realizar movimentos gráficos, obedecendo ao sentido esquerdo-direito;</p> <p>Realizar movimentos gráficos, obedecendo ao sentido em cima e em baixo;</p> <p>Exercícios grafo motores;</p> <p>Caderno de conceito (material concreto);</p> <p>Jogo de memória com textura;</p> <p>Atividade de vida autônoma.</p>
--

Fonte: Elaborado pela autora com base na observação.

As atividades descritas acima têm como objetivo a aprendizagem através de materiais concretos como jogos com texturas, jogos da memória, jogos de cartas, atividades com alinhavo, alfabeto móvel, jogos online, entre outros. Todos utilizados para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da coordenação motora, da motricidade, da escrita, da fala e do desenvolvimento cognitivo do aluno. Além das atividades houve a utilização de recursos manipuláveis como tesoura, papel, tinta, computador, jogos de montar, entre outros.

Em um primeiro momento estas atividades podem não parecer adequadas a alunos adultos e que estejam cursando o ensino médio, no entanto no momento da entrevista realizada com os pais desses alunos junto à professora da SRM nota-se que muitos ainda necessitam de atividades que desenvolvam e fortaleçam o aprendizado da vida diária e que estimulem o desenvolvimento das ações psicomotoras.

Durante o atendimento educacional especializado dos sujeitos com deficiência foi possível observar que as atividades propostas aos alunos estão ligadas a uma configuração menos ideológica e mais íntima às especificidades das áreas de deficiência, as que ocorreram com maior frequência foram aquelas que exercitam o desenvolvimento da capacidade de comunicação entre seus pares e as relações interpessoais entre os alunos e com os demais que convivem diariamente com o mesmo.

Nesse contexto Anache (2011) nos diz que é preciso valorizar as criações dos alunos diante dos desafios que depreendem das atividades de ensino, considerando os modos singulares de expressão do que se aprendeu, subsidiando a construção de outras e de novas propostas educacionais que permitam o desenvolvimento do estudante. Neste sentido tem-se a avaliação da aprendizagem como um processo contínuo e interventivo, possibilitando identificar o que o aluno é capaz de realizar em sala de aula e fora dela, com ou sem apoios necessários para o enfrentamento e superação das dificuldades escolares.

O processo de aprendizagem do sujeito é para mim algo complexo, pois é um procedimento que articula dimensões cognitivas, afetivas e sociais no qual o sujeito vai se movimentando em direção à apropriação do conhecimento isso implica na transformação tanto do aluno quanto do objeto a ser conhecido. Portanto os critérios de avaliação utilizados com os alunos da SRM valorizam as relações interpessoais e sociais estabelecidas entre os mesmos no decorrer do processo educativo, além disso, os materiais curriculares se configuram como peças valiosas para as intervenções, portanto o processo de planejamento e as intervenções precisam estar constantemente sendo revistos, atualizados e avaliados, como nos afirma Libâneo (1994).

A avaliação escolar é um processo contínuo que deve ocorrer nos mais diferentes momentos do trabalho. A verificação e a qualificação dos resultados da aprendizagem no início, durante e no final das unidades didáticas, visam sempre diagnosticar e superar dificuldades, corrigir falhas, e estimular os alunos [...] (LIBÂNEO, 1994, p. 203).

Desta forma os critérios avaliativos mais recorrentes nas atividades durante os momentos que transcorreram as observações foram:

QUADRO 06: Critérios de avaliação dos alunos.

Interesse dos alunos em participar das atividades;

Se o aluno compreende os comandos, se possui concentração para realizar as atividades;

Se o aluno apresenta segurança no exercício das atividades propostas;

Se o aluno apresenta aspectos relacionados com a percepção visual, auditiva, tátil, sinestésica, espacial e temporal;

Se o aluno é assíduo e comprometido com os horários estabelecidos para os atendimentos;

Se o aluno apresenta dificuldades nas atividades que envolvem o raciocínio lógico matemático;

Fonte: Elaborado pela autora com base na observação.

Fernández (2002) alerta ainda sobre o cuidado para que a avaliação da aprendizagem não seja condicionada a um padrão normativo de conduta esperado para determinados grupos. Deve-se atentar às condições de ensino ofertadas aos alunos com deficiência e às suas diferentes formas de expressões de aprendizagem. Desta forma a avaliação do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos atendidos no AEE da escola Vilhena Alves acontece durante todo o período em que se desenvolve o trabalho pedagógico de forma contínua e totalmente processual. De acordo com o planejamento das ações descritas no PDI dos alunos a professora da SRM entende que é necessário o diálogo com seus colegas do ensino regular para discutirem sobre os progressos de aprendizagem dos alunos com deficiência nas variadas situações de ensino.

Outro importante aspecto analisado em minhas observações foi à prática pedagógica desenvolvida pela professora do AEE, pois a mesma sempre questiona a

participação dos professores da sala regular de forma ativa no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. Ela também sempre se mostra solícita e participativa nas atividades que envolvem os alunos com deficiência fora da SRM. Outro fato que chama a atenção é a participação ativa da referida professora em formações continuadas com o intuito de desenvolver atividades adequadas às necessidades dos alunos.

Diante das observações e da análise realizada sobre a documentação pedagógica utilizada para o trabalho desenvolvido na Sala de Recurso Multifuncional da Escola de Ensino Fundamental e Médio Vilhena Alves junto aos alunos público alvo da educação especial foi possível verificar a importância do planejamento das ações desenvolvidas durante o Atendimento Educacional Especializado, nas atividades são empregados recursos pedagógicos que seguem uma sequência lógica e organizada tendo como finalidade o progresso no processo educativo dos alunos, sempre respeitando suas potencialidades, particularidades e especificidades.

5. Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo compreender como se constitui o trabalho pedagógico da sala de recurso multifuncional para o atendimento de alunos com deficiência matriculados no ensino médio da escola Vilhena Alves. Durante a realização da pesquisa algumas indagações permearam as discussões em torno do objeto pesquisado, para isso consideramos importante também refletir sobre quais objetivos são definidos para o trabalho pedagógico e que atividades são desenvolvidas junto aos alunos com deficiência.

Esta pesquisa me possibilitou compreender que o trabalho pedagógico desenvolvido na SRM com os alunos do ensino médio é pautado em um planejamento anual que considera as potencialidades e especificidades de cada aluno, que trabalha em parceria com a família, e a escola. Este planejamento também tem como finalidade um estreitamento da relação entre o professor do atendimento educacional especializado juntamente ao professor da sala regular com foco em estratégias de ensino para o desenvolvimento do processo educativo dos alunos atendidos na sala de recurso multifuncional.

Identificou-se que os objetivos definidos para o trabalho pedagógico junto aos alunos com deficiência visa atender as necessidades dos mesmos a partir das ações descritas no plano de desenvolvimento individual do aluno e no plano pedagógico especializado que objetiva uma intervenção pedagógica que promova a aprendizagem, satisfazendo as necessidades educacionais no âmbito escolar, dentro da sala de aula regular, na sala de recurso multifuncional e no contexto familiar sempre exercitando a função cognitiva, motora e social do educando.

As observações realizadas no decorrer da pesquisa possibilitou conhecer quais atividades são desenvolvidas junto aos alunos público alvo da educação especial. As mesmas estão amparadas no planejamento e nas ações propostas no PDI dos alunos, tais atividades consideram as habilidades e as competências que os alunos já apresentam além de exercitar o conhecimento prévio do aluno acerca dos conteúdos curriculares e sua capacidade de comunicação entre seus pares e as relações interpessoais com os demais. Estas atividades objetivam a aprendizagem do aluno mediante ao uso de materiais concretos e recursos manipuláveis, sempre buscando respeitar as particularidades de cada um.

Neste sentido, após a análise dos dados verificou-se que há uma certa preocupação da professora da sala de recurso multifuncional responsável pelo atendimento educacional especializado em relação às atividades desenvolvidas junto aos alunos com deficiência, pois foi

notório o envolvimento da docente em atender as especificidades de cada aluno atendido por ela na sala de recurso multifuncional. Mesmo em se tratando de atividades que inicialmente não pareçam condizentes com o nível de escolaridade do aluno, todas as ações foram planejadas e realizadas a partir das reais necessidades apresentadas por cada aluno.

Sabemos que a educação inclusiva é um processo que está em ascensão e exige cada vez mais dos profissionais da educação conhecimentos para lidar com as mais diversas necessidades e, para isso, a gestão também tem que está envolvida proporcionando à sua equipe de trabalho e a comunidade escolar, oficinas, palestras, cursos e formações para que a prática de fato aconteça dentro do seio escolar e em seus arredores, alcançando com isso, a sociedade em geral.

Por fim, para que a inclusão dos alunos com deficiência realmente ocorra é preciso que todos os agentes que constituem a escola, estejam abertos às mudanças e aos desafios que são encontrados no decorrer do processo educativo desses alunos. Ressalto a urgência sobre a questão do respeito às peculiaridades e particularidades dos alunos dentro das escolas. Que as mesmas sejam capazes de promover condições adequadas de acesso, permanência, participação e desenvolvimento através de práticas educativas inclusivas advindas do trabalho cooperativo entre os profissionais da educação, seja ele da sala regular ou da sala de recurso multifuncional.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. **A aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual: desafios para o professor.** In: MARTINEZ; TACCA (Orgs.). Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas, SP: Alínea, 2011. p.109-138.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, p. 229.

BECKER, Henk A. Observation by informants in institutional research. *Quality & Quantity*, v. 6, p. 157-169, 1972.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 2011** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm >. Acesso em: 19/09/18

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm >. Acesso em: 19/10/18.

_____. **Constituição Federal.** Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acesso em: 10/09/18.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2006.

CRESWELL; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. Ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. **Declaração de Salamanca.** Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso em: 19/10/18.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> >. Acesso em: 19/11/17.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> >. Acesso em: 19/11/18.

_____. **Documento Orientador: Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais** s/a, p. 15-16. Disponível em:< https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2012/11/doc_orientador_multifuncionais.pdf >. Acesso em: 17/10/18.

_____. **Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf> >. Acesso em: 07/10/18.

_____. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>>. Acesso em: 09/11/18.

_____. **Fundação CAPES** – Ministério da Educação. <http://www.periodicos.capes.gov.br>

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em: 09/09/18.

- YIN, R. K. Estudo de caso: **Planejamento e Métodos**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br>. > Acesso em: 10/10/18.
- JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.
- MAZZOTTA, Marcos José. **Educação especial no Brasil**: história e políticas. São Paulo: Cortez, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Coleção temas sociais).
- MINETTO, Maria de Fátima Joaquim [et al.]. **Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais**. / Maria de Fátima Joaquim Minetto [et al] – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.
- PIMENTA, S. G. “Panorama atual da Didática no quadro das Ciências da Educação: Educação, Pedagogia e Didática” IN: PIMENTA, S. G. (Coord.) Pedagogia, ciência da educação? 5 a ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> >. Acesso em: 10/10/18.
- PLETSCH, M. D; OLIVEIRA. M. C. P. **A escolarização de pessoas com deficiência intelectual na contemporaneidade**: análise das práticas pedagógicas e dos processos de ensino e aprendizagem. Deficiência Mental e Deficiência Intelectual em debate. São Paulo, 2015 p.265-285.
- POKER, R. B. [et al.] **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.
- PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- _____. RESOLUÇÃO Nº 004, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 15/12/18.
- _____. Resolução 001/ 2010 Regulamentação da Educação Básica http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/RESOLUCAO_001_2010_REGULAMENTACA_O_EDUC_BAS-1.pdf. Acesso em: 07/10/18.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.
- _____. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual**. São Paulo: SME /DOT, 2008.

SEVERINO. Antônio Joaquim, 1941- Metodologia do trabalho científico _ Antônio Joaquim Severino. – 21. Ed. rev. e ampl. _ São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, F. F. A escola como lugar de desenvolvimento de corpos/sujeitos com deficiência. In: REUNIÃO ANPED, 34, 2011, Natal. Apresentação Oral. GT 15. < Disponível em: Acesso em: 19/11/ 18

VEIGA, I. A. **A Prática Pedagógica do Professor de Didática**. SP: Papyrus Editora, 1994.

7.ANEXO

Modelo do Plano de Desenvolvimento Individual do aluno utilizado pela Escola Vilhena Alves.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE, INCLUSÃO E CIDADANIA
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL

Caro (a) Professor (a)

O Plano de Desenvolvimento Individual é um instrumento que possibilita a você organizar suas ações para atenção às necessidades específicas de cada aluno (o) que frequenta a Sala de Recurso Multifuncional.

Recomendamos que, além dos aspectos constantes neste documento, você acrescente outros que sua experiência e as necessidades cotidianas exijam.

Bom trabalho!

Período da Execução do Plano: ____/____/____	
1. IDENTIFICAÇÃO	
Nome completo:	
Data de nascimento:	
Endereço:	Bairro:
Cidade:	Telefone:
Nome do professor (a) de AEE:	
Assinatura do Prof. de AEE:	Telefone:

2. DADOS FAMILIARES	
Nome do pai:	Idade:
Escolaridade:	
Profissão/ocupação:	
Endereço:	
Nome da mãe:	Idade:
Escolaridade:	
Profissão/ocupação:	
Endereço:	
Responsável:	
Fones:	
Grau de parentesco:	Nº de Irmãos:

3. INFORMAÇÃO ESCOLAR	
Nome da instituição de origem:	
Nome da escola (1ª matrícula) atual:	
Endereço da Escola:	
Telefone:	Ano de Ingresso:
Série/Ano:	Nº de alunos na Turma:
Idade que entrou na Escola:	
Turno: () Manhã () Intermediário () Tarde () Noite	
É assíduo () É pontual () É interessado ()	
História escolar classe regular / Antecedentes relevantes	
Nome da Escola (2ª matrícula) atual:	
Endereço da Escola:	
Telefone:	Ano de Ingresso:
Idade que entrou na Escola:	
Turno: () Manhã () Intermediário () Tarde () Noite	
História escolar / Antecedentes relevantes	
Tem irmãos que estuda na escola? () Sim () Não	
Nome:	Idade:

4. AVALIAÇÃO GERAL	
4.1 AMBITO FAMILIAR	
Residem em casa:	() Madeira () Alvenaria
Outros (Especificar):	() Quantos cômodos?
De quantas pessoas é constituída a família?	
Com quem o aluno tem mais afinidade?	
Observações:	
4.1.2 ATIVIDADE DE VIDA DIÁRIA	
Participa de atividades de vida diária?	() Sim () Não Quais?
Cuida do corpo e da higiene?	() Sim () Não
Observação:	
É independente nas diversas situações do cotidiano? () Sim () Não	
Observação:	
Tem organização e cuidado com seu material de uso pessoal? () Sim () Não	
Observação:	
4.1.3 SOCIALIZAÇÃO	
Sabe esperar sua vez?	() Sim () Não Obs.:
Utiliza palavras de cortesia?	() Sim () Não Obs.:
Conversa sobre assuntos diversos?	() Sim () Não Obs.:
O aluno tem acompanhamento das atividades escolares em casa? () Sim () Não	
Observação:	
O aluno frequenta outras atividades / atendimentos () Sim () Não	
Especifique:	
O aluno vai à escola acompanhado? () Sim () Não Com quem?	
O aluno interage com as pessoas próximas a sua casa? () Sim () Não Com quem?	
Tem acesso a atividades sócio – culturais/ recreação? () Sim () Não	
Observação:	
Qual a expectativa dos pais em relação ao seu filho (a)?	
Qual a expectativa do aluno em relação a sua vida escolar e profissional?	
Observação:	

4.2 AMBITO ESCOLAR	
4.2.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA	
Rampas	() Sim () Não Onde?
Banheiro Adaptado	() Sim () Não () Quantos?
Corrimão / Barra de apoio	() Sim () Não () Quantas/ Onde?
Piso Tátil	() Sim () Não Onde / Quais?
Portas Alargadas	() Sim () Não Onde?
Mobiliário Adequado	() Sim () Não Quais?

4.2.2 ACESIBILIDADE PEDAGÓGICA	
Livros e Textos em formato acessível: () Braille () Ampliados () Digitalizados	
() Gravados/Falados () Outros	
Outros recursos de Tecnologia Assistiva (TA):	
Tradutor / Interprete de Libras () Guia Interprete () Tutor de sala de aula	
O AEE está contemplado no PPP? () Sim () Não	
Observação:	
O professor de classe regular possui formação especializada? () Sim () Não	
Quantas () Quais ()	
Existe hora pedagógica para os professores das classes regulares? () Sim () Não	
Observação:	
Existe hora pedagógica para os professores do AEE? () Sim () Não	
A hora pedagógica integra os professores de classe regular e do AEE? () Sim () Não	
Observação:	
Atividades realizadas durante as horas pedagógicas: Formação Continuada ()	
Desenvolvimento de projetos () Grupos de estudos ()	
Confecção de material pedagógico () Estudo de caso () Outros ()	
O professor de classe regular utiliza metodologias diversificadas/diferentes/adaptadas? () Sim () Não	
Observação:	
A escola leva em consideração a faixa etária dos alunos para a oferta de etapas/séries/ano e turno? () Sim () Não	
Observação:	
Atividades que a escola proporciona para a interação junto às famílias:	
Descreva:	
O aluno participa das diversas atividades escolares / extraclases () Sim () Não	
Descreva as atitudes dos demais pais, alunos, funcionários, professores e gestores frente ao aluno.	
Descreva as atitudes dos professores da classe regular em relação a: utilização de recursos pedagógicos, metodológicos, estratégias avaliativas e expectativas frente ao aluno.	

5. AVALIAÇÃO DO ALUNO	
5.1 CONDIÇÕES DE SAÚDE GERAL	
Caso o aluno apresente alguma deficiência, problemas de comportamento e/ou problemas de saúde, descreva:	
O aluno possui laudo médico? () sim () Não () Qual o diagnóstico?	
Tem outros problemas de saúde? () Sim () não () Quais?	

Faz uso de medicamento controlado? () Sim () Não
O medicamento interfere no processo de aprendizagem? () Sim () não
Em que?
Tem alergia? () Sim () Não
A que?
Existem recomendações da área da saúde? () Sim () Não () Quais?

5.2 NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DO ALUNO	
FUNÇÃO COGNITIVA	
Percepção Cenestésicas	Domina e/ou aponta partes do corpo. Em si () No outro ()
	Identifica Perto () Longe ()
	Outros:
Percepção Espacial	Lateralidade () Dentro/Fora Perto/Longe ()
	Outros:
Percepção Visual	Figura Fundo () Contrastes claro/escuro () Cores ()
	Formas () Tamanho () Distancia ()
	Deslocamento de Objetos ()
Outros:	
Percepção Auditiva	Percebe sons () Discrimina sons ()
	Compreende mensagens ()
	Outros:
Percepção Tátil	Quente/Frio () Áspero/Liso () Duro/Mole ()
	Macio () Molhado () Seco ()
	Outros?
Percepção Temporal	Dia/Noite () Antes/Durante/Depois ()
	Ontem/Hoje/Amanha () Dias/Meses/Anos ()
	Outros:
Atenção	Tem foco seletivo () Predileção por determinada atividade()
	Mantém o foco pelo tempo estipulado nas atividades ()
	Outros:
Concentração	Dispersa com facilidade () mantém a concentração pelo tempo estipulado na atividade proposta ()
	Outros:
Compreensão	Comando de atividades () Solicitação do professor ()
	Outros:
Identificação de Personagens	Identifica a si mesmo () Identifica o outro ()
	Outros:

MEMÓRIA	
Memória Global	Reconta histórias ou fatos () descreve como vai para a escola ou para casa () Faz pequenas compras corretamente sem necessidade de lista escrita ()
	Outros:
Memória Auditiva	Lembra o som das palavras ()
	Lembra de músicas ou trechos de músicas ()
	Lembra de ritmos ()
	Outros:
Memória Visual	Identifica cores ()
	Reproduz de memória um desenho simples mostrado anteriormente ()
	Outros:

LINGUAGEM	
Formas de Comunicação	Braille () Libras () Oralmente () Outros () Prancha de Comunicação ()
Observação:	
Linguagem Oral	Emenda palavras () Fala coerentemente ()
	Relata fatos/Experiências ()
	Defende seus argumentos e pontos de vista ()
	Participa de atividades orais/conversas coletivas ()
	Compreende as orientações do professor (a) ()
	Fala claramente ()
	Pronuncia corretamente as palavras ()
Observação:	

LINGUAGEM: LEITURA E ESCRITA	
() Escreve seu nome	() Escreve seu nome como modelo
() Identifica as letras do seu nome	() Reconhece as letras do alfabeto
() Realiza pseudo leitura	() Reconhece outros nomes
() Tem dificuldade na leitura das palavras	() Lê palavras com sílabas complexas
() Lê palavras com sílabas simples	() Utiliza pontuação
() Escreve como fala	() Utiliza acentos gráficos
() Usa devidamente as letras maiúsculas e minúsculas	() Tem dificuldade na escrita das palavras
() Utiliza acentos gráficos	() Escreve letras e/ou números espelhados
() Apresenta noções de espaçamento entre as palavras	() Escreve com coesão e coerência
() Apresenta noção de orientação e alinhamento na escrita	
Em que nível de escrita o aluno encontra-se	
() Pré-silábico () Silábico () Silábico Alfabético () Alfabético	
Observação:	

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO	
<input type="checkbox"/> Compreende relações de igualdade e diferença	<input type="checkbox"/> Apresenta capacidade de conclusões lógicas
<input type="checkbox"/> Reconhece absurdos	<input type="checkbox"/> Compreende enunciados
<input type="checkbox"/> Compreende o mundo que o cerca	<input type="checkbox"/> Compreende sequência lógica
<input type="checkbox"/> Realiza contagem	<input type="checkbox"/> Relaciona os numerais
<input type="checkbox"/> Diferencia letras de números	<input type="checkbox"/> Ordena objetos por tamanho
<input type="checkbox"/> Realiza pequenas contas	<input type="checkbox"/> Lida com o dinheiro
<input type="checkbox"/> Classifica de acordo com o critério	<input type="checkbox"/> Resolve situações problemas
Observação:	

FUNÇÃO MOTORA	
Postura / Senta-se corretamente	Mantém-se em pé
<input type="checkbox"/> Com apoio <input type="checkbox"/> Sem apoio	<input type="checkbox"/> Com auxílio <input type="checkbox"/> Sem auxílio
Observação:	
Locomoção / Movimentação	
<input type="checkbox"/> Anda corretamente	<input type="checkbox"/> Anda sobre linhas ou marcação
<input type="checkbox"/> Sobe e desce escada	<input type="checkbox"/> Anda de bicicleta
<input type="checkbox"/> Corre <input type="checkbox"/> Pula	<input type="checkbox"/> Desvia de obstáculos
<input type="checkbox"/> Sabe chutar <input type="checkbox"/> Caminha sem auxílio <input type="checkbox"/> Caminha com auxílio. Qual?	
Observação:	
Coordenação Motora Fina	
Uso da Tesoura: <input type="checkbox"/> Com adaptação	<input type="checkbox"/> Sem adaptação
Utiliza caneta / Lápis	
<input type="checkbox"/> Com adaptação	<input type="checkbox"/> Sem adaptação
Utiliza teclado	
<input type="checkbox"/> Com adaptação	<input type="checkbox"/> Sem adaptação
Observação:	

Responsáveis pela Avaliação: Professor da Sala Regular: Professor da Sala de Recurso Multifuncional: Data da Avaliação: ____/____/____

PLANO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO	
AÇÕES NECESSÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ALUNO	
ESCOLA	
Ações Existentes:	
Ações que precisam ser desenvolvidas	
Responsáveis:	

SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR	
Ações Existentes:	
Ações que precisam ser desenvolvidas	
Responsáveis:	
SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (SRMF)	
Ações Existentes:	
Ações que precisam ser desenvolvidas	
Responsáveis:	
FAMÍLIA	
Ações Existentes:	
Ações que precisam ser desenvolvidas	
Responsáveis:	
SAÚDE	
Ações Existentes	
Ações que precisam ser desenvolvidas	
Responsáveis:	
ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALZADO	
Tipo do AEE	
<input type="checkbox"/> Sala de Recursos Multifuncionais <input type="checkbox"/> Interprete na sala regular	
<input type="checkbox"/> Tutorem sala de aula regular <input type="checkbox"/> Domiciliar <input type="checkbox"/> Unidade Especializada	
<input type="checkbox"/> Professor de Libras <input type="checkbox"/> Hospitalar <input type="checkbox"/> Outros	
Frequência Semanal	
<input type="checkbox"/> 2 Vezes por Semana <input type="checkbox"/> 3 Vezes por Semana <input type="checkbox"/> 4 Vezes por Semana	
<input type="checkbox"/> 5 Vezes por Semana <input type="checkbox"/> Outros	
Tempo de Atendimento	
<input type="checkbox"/> 50 Minutos por atendimento <input type="checkbox"/> Todo período de aula <input type="checkbox"/> Outros	
Composição do Atendimento	
<input type="checkbox"/> Atendimento individual <input type="checkbox"/> Atendimento Grupal	
<input type="checkbox"/> Atendimento na própria sala de aula com todos os alunos	
<input type="checkbox"/> Atendimento Grupal e Individual <input type="checkbox"/> Outros	
Observação:	

ORIENTAÇÕES A SEREM REALIZADAS PELO PROFESSOR DO AEE	
Ao Professor de Sala de Ensino Regular	
Ao Professor de Educação Física	
Aos Colegas de Turma	
Ao Diretor da Escola	
Ao Coordenador Pedagógico	
A Família do Aluno	
Aos Funcionários da Escola	
Outros	
AREAS A SEREM TRABALHADAS NO ALUNO	
1. COGNITIVA	
Objetivos	
Atividades	
Adaptações Necessárias	
Metodologias	
Recursos	
Critérios de Avaliação	

2. MOTORA	
Objetivos	
Atividades	
Adaptações Necessárias	
Metodologias	
Recursos	
Critérios de Avaliação	
3. SOCIAL	
Objetivos	
Atividades	
Adaptações Necessárias	
Metodologia	
Recursos	
Critérios de Avaliação	
Avaliação do Período	
Relatório Final	

Nome do Professor do AEE:
Assinatura do Professor do AEE:
Data: ____/____/____

